

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ADMINISTRAÇÃO

**REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA CIENTÍFICA EM PERIÓDICOS
BRASILEIROS SOBRE GESTÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES
EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE, 2001 A 2020**

Rodolfo Ferreira Silva Filho

Rodolfo Ferreira Silva Filho

**REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA CIENTÍFICA EM PERIÓDICOS
BRASILEIROS SOBRE GESTÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES
EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE, 2001 A 2020**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial, para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Giovanni Campos Fonseca.

Montes Claros
Instituto de Ciências Agrárias – UFMG

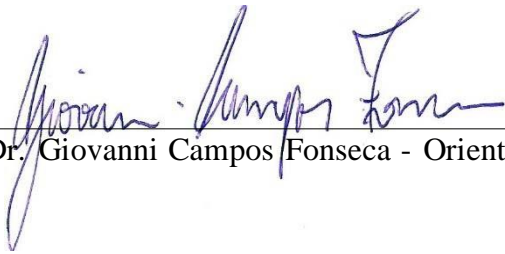
2021

Rodolfo Ferreira Silva Filho. **REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA CIENTÍFICA EM PERIÓDICOS BRASILEIROS SOBRE GESTÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE, 2001 A 2020.**

Aprovada pela banca examinadora constituída por:

Prof. Dr. André Luiz Mendes Athayde - ICA/UFMG

Rose Elizabeth Cabral Barbosa - Doutoranda UNIMONTES



Prof. Dr. Giovanni Campos Fonseca - Orientador

Montes Claros, 1º de setembro de 2021

Dedico este trabalho à minha família, que sempre foi o meu suporte em todos os momentos até aqui. Serei sempre grato por todos!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que tem sido a rocha que me sustenta desde quando fui concebido neste mundo. Sem Ele, reconheço que não conseguiria chegar a lugar algum, pois nada sou sem Sua presença em minha vida. A Ele renderei sempre graças por tudo que tem feito por mim e por minha família.

Agradeço aos meus pais Rodolfo Ferreira e Maria Barbosa, que são a base da minha criação e educação, sempre provendo tudo aquilo que precisei, com muito esforço e dedicação. Agradeço em especial minha mãe, que mesmo diante da perda do meu pai, continuou forte e sendo uma excelente líder do nosso lar, além de ser uma grande incentivadora em todo esse percurso acadêmico, me auxiliando em tudo que precisei. Também sou grato por minha irmã Ana Paula e Silva, que teve grande influência na minha escolha pelo curso e sempre me apoiou no decorrer dele.

Agradeço, também, aos meus colegas, pelo companheirismo e trabalho em equipe, principalmente os colegas Sony Franthiesco, Pedro Henrique Oliveira e Nicanor Xavier, que estiveram sempre dispostos a me auxiliar em tudo que precisei, além de serem grandes amigos de quem irei sempre me recordar.

Agradeço ao meu professor e orientador Giovanni Fonseca, que me norteou desde a escolha do tema deste trabalho, até a sua conclusão, sempre sendo solícito em atender todas as minhas demandas. Agradeço, também, à Rose Barbosa e ao professor André Luiz Athayde, que, prontamente, aceitaram o convite para compor esta banca. Por fim, também agradeço ao Instituto de Ciências Agrárias, por dar todo o suporte necessário para que eu pudesse chegar à conclusão deste curso.

“O temor do Senhor ensina a sabedoria, e a humildade antecede a honra.”

(Provérbios 15:33)

RESUMO

A administração de materiais médico-hospitalares é um tema atual e que interfere diretamente na vida de todos os cidadãos do país. As organizações hospitalares são altamente dependentes dos materiais e insumos para o seu funcionamento. Entretanto, quando a gestão desses materiais é realizada de maneira ineficaz, todas as áreas da organização são afetadas, o que reflete no serviço final que é prestado. Tendo em vista a atualidade e relevância do tema, o presente trabalho teve como objetivo realizar uma revisão de literatura acerca do tema “Gestão de Materiais Médico-Hospitalares”, incluindo publicações em português realizadas em periódicos brasileiros nos últimos 20 anos. A análise das publicações acerca da gestão de materiais nas organizações hospitalares públicas e, em especial, nas organizações brasileiras, é importante para que possamos compreender como o tema tem sido abordado em nosso país, assim também como a quantidade e abrangência desses trabalhos. A metodologia utilizada para a coleta dos dados foi a revisão sistemática da literatura, tendo em vista essa ser uma metodologia bastante utilizada na área de estudos da saúde, além de ser um método que permite a inclusão de diversas metodologias em seu escopo. Os resultados mostraram que o tema da administração de materiais médico-hospitalares ainda é pouco abordado na literatura brasileira, sendo que, ao todo, foram selecionados 37 trabalhos. Alguns aspectos importantes encontrados por meio dos trabalhos selecionados são: a maioria dos trabalhos foram realizados analisando instituições públicas; as regiões sudeste e sul foram as que mais concentraram trabalhos; o estudo de caso foi a metodologia mais utilizada entre os trabalhos. Outro aspecto importante observado através da análise dos resultados foi a importância da figura do enfermeiro na gestão dos materiais hospitalares, que utiliza seu conhecimento para o auxiliar essa gestão. Ainda há uma grande lacuna dentro desse tema na literatura brasileira, sendo que é necessário o incentivo para que ele seja mais abordado.

Palavras-chave: Gestão de Materiais. Organizações Hospitalares. Revisão Sistemática.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Nichos principais da gestão de recursos materiais.....	21
Figura 2 - Departamentos logísticos em instituições públicas.....	23
Figura 3 - Critérios preliminares de exclusão e número de trabalhos potencialmente elegíveis.....	27
Figura 4 - Critérios finais de exclusão (busca no Portal Capes) e critérios de exclusão (busca nas referências).....	28
Gráfico 1 - Distribuição temporal dos trabalhos selecionados.....	32
Gráfico 2 - Conceito <i>Qualis</i> das revistas em que os artigos foram publicados.....	37
Quadro 1 - Operadores lógicos de pesquisa (<i>Booleanos</i>).....	26
Quadro 2 - Descritores de busca e operadores <i>Booleanos</i>	27
Quadro 3 - Lista de trabalhos selecionados.....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gastos público e privado em saúde para países selecionados, 2014.....	16
Tabela 2 – Número de artigos por região brasileira.....	34
Tabela 3 – Instituições em que os autores dos artigos são vinculados.....	35
Tabela 4 – Procedimentos metodológicos dos artigos selecionados.....	36
Tabela 5 – Distribuição dos artigos selecionados por periódico.....	38
Tabela 6 – Distribuição dos artigos selecionados de acordo com o tema de pesquisa.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar

CF – Constituição Federal

CNS – Conselho Nacional de Saúde

OSS – Orçamento da Seguridade Social

PIB – Produto Interno Bruto

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1. Os Desafios da Saúde Pública Brasileira	15
2.2. A Saúde Privada no Brasil	18
2.3. Administração de Materiais: Diferentes Conceitos e Desmembramentos.....	20
3. METODOLOGIA	25
3.1. Caracterização de Pesquisa.....	25
3.2. Amostra Bibliográfica.....	26
3.3. Extração da Amostra.....	27
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43

1. INTRODUÇÃO

A gestão de materiais médico-hospitalares é um tema relevante para a sociedade de maneira geral, tendo em vista estar intimamente relacionado ao serviço final que é prestado, tanto em hospitais públicos, quanto em hospitais privados.

Como um exemplo da importância desse tema, caso haja uma falha na distribuição de materiais ou medicamentos nessas organizações, que é uma das principais funções da logística e, conseqüentemente, da administração de materiais, há uma grande chance de que se ocorra um colapso que afetará não só a organização, mas, principalmente, os pacientes que ali se encontram (OLIVEIRA; MUSETTI, 2014).

A recente pandemia causada pelo novo Coronavírus trouxe relevância ainda maior ao tema, visto que os hospitais estão recebendo uma demanda muito superior à normal, obrigando os gestores a buscarem estratégias no intuito de manter o suprimento de materiais a fim de prover à população o atendimento necessário.

Essa alta repentina na demanda fez com que hospitais, como o Hospital da China Ocidental, localizado no país onde iniciou-se a propagação do vírus, estabelecessem estratégias de gestão provisórias em relação ao suprimento de materiais internamente. O Hospital da China Ocidental utilizou a adoção de medidas provisórias, como a priorização das regiões onde havia maior índice de infecção, sendo que os materiais, como EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e respiradores, eram direcionados prioritariamente para essas regiões mais afetadas (CAO *et al.*, 2020).

Neste contexto, as organizações médico-hospitalares localizadas nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, tendem a encontrar uma dificuldade ainda maior, principalmente as instituições financiadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que sofrem com a falta de recebimento de materiais, acarretando estoques inadequados e inferiores àqueles considerados como ideais para atender a população.

O tema da gestão de materiais médico-hospitalares tem sido pouco abordado na área da pesquisa científica, pois são escassos os trabalhos relacionados a esse tema no Brasil. Oliveira e colaboradores (2018, p.15) relatam que “o tema *healthcare* é discutido na literatura, porém há poucos trabalhos com enfoque nas operações de logística hospitalar, apesar dos gastos neste setor representarem mais de 30% das despesas de um hospital”.

Outros autores, como Infante e Santos (2007), Melo e colaboradores (2016) e Rodrigues e Sousa (2015), também destacam essa limitação por parte da literatura nacional,

mesmo sendo este um tema importante para o funcionamento dos hospitais e para a sociedade de maneira geral.

Outra questão importante analisada por Oliveira e Musetti (2014) é a falta de simetria em relação aos enfoques dados pelos autores ao tratarem do tema “logística hospitalar”, que está intrinsicamente relacionado à gestão de materiais médico-hospitalares. Segundo os autores, existem cinco enfoques diferentes na literatura em relação à logística hospitalar: i) A logística se responsabiliza pela distribuição física de materiais dentro dos hospitais; ii) A logística se responsabiliza pelo fluxo de materiais e informações, começando dos fornecedores até a distribuição dos produtos aos pacientes; iii) A logística se configura como uma unidade gestora dos fluxos de materiais e informações; iv) A logística administra o fluxo de pacientes e as atividades terapêuticas prestadas ao paciente; v) A logística se responsabiliza pela gestão dos fluxos físicos, que abrangem materiais e pacientes, além do fluxo de informações (OLIVEIRA; MUSETTI, 2014).

Como se pode observar, muitos são os enfoques dados pelos autores ao tratarem do tema logística hospitalar, entretanto, no contexto do presente estudo, será utilizado o primeiro conceito, dos cinco supracitados, como base para a seleção dos trabalhos e consequente análise dos mesmos. Sendo assim, a logística será tratada, aqui, como uma função dentro da administração de materiais, que tem como principal finalidade a disponibilização de materiais e medicamentos nos tempos e locais adequados.

Mesmo sendo uma das principais engrenagens para o funcionamento das organizações médico-hospitalares, a administração de materiais nos hospitais ainda enfrenta dificuldades para alcançar um funcionamento mais eficiente. Oliveira e colaboradores (2015) ressaltam que os gastos relacionados a esse setor representem mais de 30% dos gastos totais dentro destas organizações, o que nos faz refletir acerca da necessidade de priorização que os hospitais brasileiros devem ter em relação a esse tema. Essa reflexão é importante pois se trata de um interesse comum à toda população, além de ser uma questão social e, principalmente, um direito garantido pela lei: o direito à saúde.

O número pequeno de trabalhos encontrados acerca do tema gestão de materiais médico-hospitalares na literatura brasileira também se configura como um fator importante para a realização deste estudo. Dentro deste contexto, a revisão de literatura aqui proposta é importante por expor uma parte considerável dos trabalhos relacionados a esse tema.

Ao expor aquilo que já fora explorado por outros autores, a revisão de literatura fornece uma visão abrangente dos diferentes enfoques dados pelos autores a um mesmo tema.

Analisando os trabalhos acerca da gestão de materiais médico-hospitalares na literatura brasileira, é possível observar, claramente, essa diversidade de enfoques, mesmo se tratando de um tema singular.

Portanto, o presente trabalho objetivou realizar uma revisão de literatura acerca do tema “Gestão de Materiais Médico-Hospitalares”, incluindo publicações em português realizadas em periódicos brasileiros entre os anos de 2001 a 2020. Mais especificamente, buscou-se identificar os trabalhos existentes no Portal de Periódicos CAPES em relação ao tema no período entre 2001 e 2020, caracterizar as diferentes visões dos autores acerca do tema, e analisar os desafios existentes dentro da gestão de materiais médico-hospitalares no Brasil através da literatura encontrada.

A partir de agora, será apresentado o referencial teórico como uma maneira de consultar outros autores e trabalhos relacionados ao tema aqui proposto, servindo como um arcabouço teórico que irá fundamentar a análise dos resultados encontrados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Os desafios da saúde pública brasileira

O direito à saúde foi inicialmente estabelecido em nosso país por meio da Constituição Federal de 1988, quando a saúde pública foi incluída como parte da seguridade social. A inclusão da saúde dentro do escopo da seguridade social deu início à noção de direitos sociais universais como uma parte inclusa dentro da própria condição de cidadania, o que, anteriormente, era restrito àqueles cidadãos que contribuía para a previdência social (FLEURY; OUVENEY, 2012)

Segundo Ugá e colaboradores (2012), a instituição do direito universal à saúde para todos os cidadãos brasileiros, acarretou o estabelecimento do acesso universal dos cidadãos ao sistema de saúde pública por meio da inserção do SUS, que, por sua vez, é financiado pelo Orçamento da Seguridade Social (OSS) e por meio de recursos provindos dos tesouros federais, estaduais e municipais.

Todavia, mesmo tendo sido estabelecido esse direito em forma de lei, o que se observa, na prática, é uma precariedade do sistema de saúde brasileiro. Tal fato pode ser explicado, ao menos parcialmente, por alguns aspectos, como a má gestão e atos considerados ímprobos por parte de alguns gestores públicos (ROCHA, 2016), a alocação cada vez mais reduzida de recursos do Governo ao sistema de saúde público (FIGUEIREDO *et al.*, 2018), e a ineficácia de alguns conselhos de saúde, muitas vezes relacionada “a composição, representação e representatividade do conselho” (MARTINS *et al.*, 2008, p. 111).

Em relação à própria alocação de recursos, Figueiredo e colaboradores (2018) observaram que, considerando o período entre os anos de 2000 a 2014, o Brasil foi o país com menores índices de gastos públicos em saúde quando comparado a outros países com sistemas de saúde similares, ou seja, universais e gratuitos. A Tabela 1 nos mostra o percentual de gastos públicos com a saúde no Brasil e em outros cinco países com sistemas de saúde similares no ano de 2014.

Tabela 1 – Gastos público e privado em saúde para países selecionados, 2014

Indicadores	Países					
	Brasil	França	Itália	Portugal	Espanha	Reino Unido
Gasto Público em Saúde como % do PIB	3,8	9	7	6,2	6,4	7,6
Gasto Privado em Saúde como % do PIB	4,5	2,5	2,3	3,3	2,6	1,5
Gasto Público em Saúde como % do Gasto Público Total	6,8	15,7	13,7	11,9	14,5	16,5
Gasto Público em Saúde como % do Gasto Total em Saúde	46	78,2	75,6	64,8	70,9	83,1
Desembolso Direto em % do Gasto Total em Saúde	25,5	6,3	21,2	26,8	24	9,7
Desembolso Direto em % do Gasto Privado em Saúde	47,2	29,1	86,9	76,3	82,4	57,7

Fonte: Adaptado de Figueiredo e colaboradores (2018).

Como é possível observar, dentre os países selecionados, o Brasil é o que menos investe em sua saúde pública quando levamos em consideração a sua arrecadação total (PIB – Produto Interno Bruto). Mesmo a saúde sendo um dos principais pilares para o bem estar social de um país, e também para o seu desenvolvimento econômico, os gastos públicos nessa área representa uma parte consideravelmente pequena do total de gastos públicos, principalmente quando comparamos com os outros países que também oferecem serviços de saúde de maneira universal e gratuita.

Já em relação aos gastos privados em saúde, observa-se que o Brasil, dentre os países selecionados, é o que mais gasta em saúde privada. Os gastos em saúde privada provêm de desembolsos diretos relacionados a planos e seguros de saúde privados. Parte desses valores fica a cargo das famílias, sendo que, no Brasil, os gastos diretos das famílias na saúde privada em relação aos gastos gerais em saúde correspondem a 25,5% (FIGUEIREDO *et al.*, 2018). Isso significa que, aproximadamente, um quarto dos gastos totais em saúde no Brasil são financiados pelas próprias famílias brasileiras.

Tendo em vista o próprio conceito de saúde como um direito universal, há que se questionar os baixos investimentos públicos em saúde e uma simultânea alta proporção de investimentos privados, principalmente o investimento direto das famílias em nosso país. Não obstante, é necessário que também haja uma reflexão acerca dos gastos públicos totais em nosso país, no intuito de compreender as prioridades que têm sido consideradas pelos gestores públicos no Brasil.

Outro fator de grande importância para o melhor desempenho do sistema de saúde brasileiro é o uso adequado dos conselhos gestores de saúde como intermediadores dos interesses da sociedade e dos interesses do Estado. Assim como o direito à saúde, a instituição dos conselhos surgiu a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, que passou valorizar a participação popular na criação de políticas públicas, assim também como a descentralização de políticas e ações voltadas à área da saúde. Por meio da lei 8.142, de 1990, os conselhos e as conferências de saúde foram estabelecidos como instrumentos de participação e controle social. Através desses conselhos e conferências, dever-se-ia ocorrer a participação dos diversos segmentos da população, sendo o Governo a outra parte da relação, no intuito de acompanhar e definir políticas públicas de saúde¹.

Quando pensamos que não há consensos sobre diversos problemas de políticas de saúde e que diversos grupos sociais têm percepções diferentes sobre eles, entendemos que não é fácil produzir uma política qualquer sem que antes se obtenha uma assimilação mínima dos múltiplos interesses envolvidos. Isso implica compreender as relações de poder que se estabelecem em torno da política de saúde e que afetam o processo decisório que define os planos, programas, estratégias e os processos de alocação de recursos (FLEURY E OUVÉRY, 2012, p. 45).

Sendo assim, os desafios que envolvem a criação, manutenção e aprimoramento das políticas públicas, em especial na área da saúde, exigem uma estrita ligação entre o interesse da sociedade e o Estado. Quando tais interesses são assimilados, discutidos e materializados através de políticas públicas, torna-se mais provável o bom funcionamento do sistema público de saúde como um todo, tendo em vista o fato de que o planejamento é a base para uma política bem-sucedida. Alcançar esse consenso não é simples, porém é necessário que se almeje uma sincronia cada vez mais fortalecida entre a sociedade e o poder público (FLEURY; OUVÉRY, 2012).

Atos de improbidade administrativa também se configuram como fatores que impedem ou, ao menos, desestimulam o desenvolvimento do serviço de saúde pública em nosso país. A origem de tais atos, porém, não se encontra nos tempos contemporâneos, mas sim nos tempos da colonização dos portugueses, quando se instaurou, no país, uma concepção patrimonialista, privatista e centralizadora. Essa concepção acarretou na indistinção daquilo que é público ou privado, estabelecendo uma cultura de apropriações, exercidas por aqueles que detinham o poder, tornando a coisa pública algo qualquer que poderia ser utilizado para o bem próprio (RONZANI, 2007).

¹ Apresentação. Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/apresentacao/index.htm>. Acesso em: 09 fev. 2019.

Quando levamos o tema da corrupção e atos de improbidade administrativa para dentro do contexto da saúde pública nacional, podemos observar que há uma maior indignação por parte da população, pois tratam-se de vidas que estão sendo prejudicadas através de atos egocentristas por parte de algumas autoridades políticas.

Especialmente no setor de saúde pública, os atos de corrupção são mais perniciosos e seus efeitos são rapidamente perceptíveis, pois, além das perdas vultosas de dinheiro público, a corrupção ocasiona uma paralisia na prestação dos serviços hospitalares e acompanhamento médico em geral, o que implica em maiores níveis de mortalidade, bem como queda na qualidade de vida da população local (ROCHA, 2016, p. 186).

Portanto, de maneira especial, quando se trata de saúde pública, qualquer desvio de verbas que seriam direcionadas às políticas de saúde é altamente comprometedor para o bem-estar da população como um todo. Ainda de acordo com Rocha (2016, p. 186), “a já combatida saúde pública brasileira sofre, por exemplo, com a aquisição de materiais de qualidade aquém da prevista no projeto, mediante processos licitatórios fraudulentos”.

2.2. A Saúde Privada no Brasil

Mesmo o sistema de saúde público sendo o mais utilizado pela população brasileira, o sistema privado também possui uma parcela significativa em relação ao total de atendimentos em nosso país. O interessante, aqui, é que as organizações de saúde privada no Brasil tiveram seu crescimento alavancado justamente pelo poder público nacional.

Em um determinado momento, as políticas públicas voltadas para a área da saúde em nosso país começaram a estabelecer regras e mecanismos que cada vez mais limitavam a prestação de assistência à saúde, acarretando em consequências difíceis de serem revertidas. Primeiramente, a decisão do governo em expandir a cobertura aos trabalhadores assalariados através da inclusão da assistência médica dentro do escopo de benefícios prestados pelas instituições previdenciárias, fora seguida da opção pela aquisição de serviços em organizações privadas, no lugar da ampliação da prestação de serviços públicos para suprir o aumento da demanda. Além disso, como forma de aliviar o fardo sobre a assistência pública, o governo concedeu incentivos para que as empresas arcassem com os custos de assistência de seus empregados. Como consequência, as empresas buscaram organizações privadas para proverem a assistência de seus empregados, estimulando cada vez mais o setor privado da saúde pública em nosso país (MENICUCCI, 2007).

Dentro deste contexto, é pertinente comentar acerca da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que teve seu início no ano de 2000 e “fez valer um viés de regulação com

ênfase no aspecto econômico/financeiro das operadoras e planos de seguros de saúde” (SESTELO *et al.*, 2013, p. 853). A ANS, portanto, foi estabelecida a fim de promover o interesse público em relação à assistência suplementar à saúde, regulando os produtos e serviços fornecidos pela assistência suplementar em nosso país. Entretanto, há uma crítica em relação à criação de tal órgão, argumentando-se que o estabelecimento do mesmo trouxe consigo um viés estritamente econômico, deixando de lado as preocupações iniciais que destacavam as relações existentes entre a saúde e a estrutura social (SESTELO *et al.*, 2013).

A política do “Estado Mínimo” adotada pelo governo brasileiro fez com que se abrisse uma grande oportunidade para investimentos de grupos financeiros internacionais na prestação de serviços na saúde, sob a forma de sistemas de pré-pagamento e, mais recentemente, na seguridade social privada, incluindo o seguro-saúde, principalmente após a mais recente regulamentação dos Planos de Saúde no Brasil (PACHECO, 2005, p. 61).

Portanto, como foi discutido anteriormente, o próprio Estado brasileiro acabou incentivando o surgimento e posterior crescimento dos planos privados de saúde, tendo em vista as suas crescentes políticas de redução das responsabilidades estatais e terceirização dessas atividades às empresas do ramo privado.

Mesmo diante de críticas em relação à redução das atividades, há que se reconhecer a importância das organizações de saúde privada no Brasil. Tal importância se dá, principalmente, pelo fato de a extensão territorial brasileira ser muito grande, com muitos habitantes, o que dificulta uma cobertura integral e igualitária por parte dos hospitais públicos. Neste caso, o papel da Saúde Suplementar é importante para suprir a demanda da população por serviços de saúde.

De acordo com dados da ANS, o Brasil possui, atualmente, 47.564.636 de beneficiários de planos privados de saúde. Entretanto, o termo “beneficiário” se refere a vínculos aos planos de saúde, o que pode incluir vários vínculos para o mesmo indivíduo. Mesmo assim, o número é, de fato, expressivo e demonstra o tamanho da importância da saúde privada no Brasil. Já em relação aos estados, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais são os que mais possuem beneficiários².

Os dados apontam que a Saúde Suplementar setor se tornou um importante “parceiro” do próprio SUS, tendo em vista que o Estado, por si só, não suportaria a inserção de todos esses gastos em seu orçamento. Todavia, os incentivos dados pelo Governo à Saúde Suplementar se contrastam com excessivas resoluções e/ou instruções normativas rigorosas que

² Dados e Indicadores do Setor. Agência Nacional de Saúde Suplementar. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor>. Acesso em: 16 fev. 2016.

dificultam o funcionamento dessas instituições, além de ser uma forma de o Estado transferir, de maneira gradual, o seu dever de garantir saúde a toda a população para a saúde privada (ZIROLDO *et al.*, 2013).

2.3. Administração de Materiais: Diferentes Conceitos e Desmembramentos

A administração de materiais é hoje considerada como uma das principais partes que integram o “corpo” de uma empresa. É por meio dela que os insumos, equipamentos e materiais necessários para a produção de algum bem ou até mesmo de um serviço são adquiridos, armazenados e distribuídos para os seus devidos fins. Quando falamos em gestão de materiais, o termo “material” aqui se refere a:

[...] todo o bem físico (tangível) empregado em uma organização que detém natureza não permanente. Em geral, constituem-se em materiais que são consumidos ao longo do tempo, constituindo-se, usualmente, bens de estoque. Apesar de ser esta uma classificação contábil, o conceito de recurso material, em sentido estrito, aproxima-se sobremaneira do inerente a material de consumo (FENILI, 2015, p. 15).

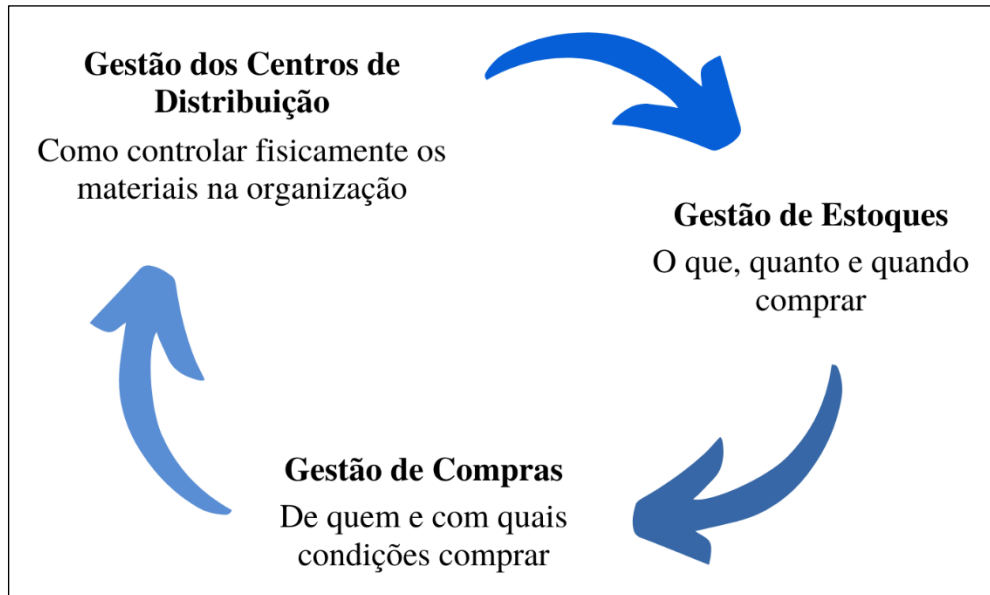
Ao considerarmos a premissa de que tais materiais possuem um caráter transitório, conclui-se que o processo inerente à gestão de materiais é cíclico e necessita de constantes aprimoramentos para melhores eficiência e eficácia. Ao eliminar elementos que estão se demonstrando ineficientes, a empresa pode concentrar-se nas suas atividades de logística mais importantes. De acordo com Dias (2010, p. 1), “para implantar melhoramentos na estrutura industrial é necessário incluir e dinamizar o sistema logístico, que é um dos fatores importantes nos processos de melhoria”. Ainda segundo o autor, a logística possui, em seu escopo, o suprimento de matérias e componentes, o processo de movimentação e de controle dos produtos, o apoio em relação às vendas dos produtos acabados, até que o produto seja entregue ao consumidor final.

Portanto, a administração de materiais e os processos logísticos compreendem desde a entrada (*input*) de insumos e materiais até a saída (*output*) dos bens ou serviços acabados. É uma área que envolve toda a movimentação de materiais relacionadas a uma organização, sendo que tais movimentações podem ser externas, como o transporte dos materiais dos fornecedores até a empresa e o transporte dos produtos acabados até os consumidores (logística externa), ou internas, movimentação interna dos insumos e materiais dentro das instalações da própria organização (logística interna) (SOUSA, 2012).

Ainda de acordo com Sousa (2012), a administração de materiais pode ser considerada originária do sistema de logística, pois ela avalia as características dos produtos para que eles sejam manuseados e transportados da melhor maneira possível, permitindo que a logística

seja mais eficiente. A gestão de materiais é ampla e envolve uma série de atividades que são essenciais para o bom funcionamento de qualquer organização. A Figura 1 nos fornece uma síntese acerca das principais atividades da gestão de recursos materiais.

Figura 1 – Nichos Principais da Gestão de Recursos Materiais



Fonte: Adaptado de Fenili (2015)

A gestão dos centros de distribuição refere-se, basicamente, às atividades relacionadas à movimentação física dos materiais dentro e fora da organização, como o recebimento, a armazenagem e a distribuição dos mesmos. A gestão de estoques está diretamente ligada à anterior e abarca atividades como a análise de custos relacionados ao estoque, os inventários, a previsão de consumo, o cálculo de indicadores, dentre outras. Já a gestão de compras, que também se relaciona com a anterior, envolve atividades como a identificação dos melhores fornecedores, a pesquisa de preços, a negociação direta com o mercado, as compras diretas, o acompanhamento do pedido, a baixa ou liquidação do pedido, dentre outras (FENILI, 2015).

Portanto, podemos inferir que a administração de materiais e os processos logísticos são caracterizados como sendo um só ciclo, ligados por vários elos que, juntos, fornecem todo o material necessário tanto para a própria organização quanto para o cliente. Por se tratarem de vários elos, é necessário que todos estejam desempenhando suas funções de maneira homogênea, pois quando um dos elos do ciclo é enfraquecido, compromete-se todo o ciclo. Esse fato torna a gestão de materiais ainda mais importante e desafiadora, sendo objeto de vários estudos acerca do seu melhoramento, buscando, principalmente, a redução de custos.

[...] a estratégia logística de uma empresa está relacionada com a redução de custos diante do fluxo de materiais e informações do processo logístico. O alinhamento estratégico ocorrerá quando a empresa estabelecer o equilíbrio entre ambos os objetivos, redução de custos e nível desejado de atendimento ao cliente, ou seja, responsabilidade x eficiência (STRASSBURG, 2010, p. 4).

A administração de materiais, portanto, demanda dos seus gestores uma decisão entre duas variáveis, redução de custos e qualidade do produto/serviço, sendo tal decisão conhecida no meio acadêmico como custo de oportunidade (termo utilizado que diz respeito ao custo de se abrir mão de certa atividade para realizar outra). Essa decisão deverá analisar ambas as possibilidades, ponderando as vantagens e desvantagens de cada uma delas. No caso dos processos logísticos, por exemplo, há um conflito muito comum entre duas variáveis, a redução dos custos e o atendimento de qualidade ao cliente. Nesse sentido, se a empresa optar exclusivamente em reduzir seus custos, poderá sofrer com reclamações de clientes insatisfeitos com serviços lentos e/ou de má qualidade. Por outro lado, se a empresa optar exclusivamente em atender seu cliente com a melhor qualidade possível, poderá acarretar em custos excessivos e desnecessários para a empresa. Sendo assim, há que se ponderar ambas as estratégias e absorver os pontos positivos de cada uma, proporcionando uma estratégia que irá reduzir ao máximo qualquer tipo de problema.

Ao trazermos tais conceitos para o setor público, observamos que existem determinadas semelhanças com o setor privado, ao passo que também existem certas peculiaridades exclusivas do ambiente público. Um dos princípios que regem a administração pública brasileira é o princípio da eficiência, contido no *caput* do artigo 37 da CF/88, que, posteriormente, foi acrescentado à Carta Magna pela Emenda Constitucional nº 19/1998. O princípio da eficiência pode ser caracterizado, principalmente, na busca pela melhor utilização dos recursos públicos, aproximando-se do conceito de economicidade, ou seja, a busca pelo melhor custo x benefício nas atividades da administração pública, evitando o desperdício do dinheiro público (FENILI, 2015).

Assim como no setor privado, a logística no setor público também possui seus departamentos, que, por sua vez, possuem suas atribuições específicas. A Figura 2 exemplifica os quatro principais departamentos que compõem a logística em instituições públicas no Brasil.

Figura 2 – Departamentos logísticos em instituições públicas



Fonte: Adaptado de Zanon (2008).

Podem-se caracterizar como principais atividades do Setor de Compras a tomada de preços; de concorrentes e licitações; a elaboração de mapas comparativos de preços e suas respectivas condições; o encaminhamento de pedidos; o acompanhamento e recebimento da entrega, dentre outras. Já o Setor Técnico e de Cadastro responsabiliza-se em manter os cadastros dos fornecedores e clientes atualizados, assim como o acompanhamento de informações dos fornecedores e clientes junto às empresas e bancos, a fim de garantir a idoneidade técnica, financeira e personalidade jurídica; realizar análise qualitativa dos produtos ou mercadorias em processo de aquisição; elaborar contrato de fornecimento ou suprimento. O Setor de Almoxarifado é responsável por manter o estoque de materiais necessários e de uso frequente; manter as informações quantitativas e financeiras devidamente atualizadas; garantir que haja suprimento interno; manter a organização dos materiais através de depósitos e prateleiras, registrando cada movimentação; manter os registros dos níveis de estoque mínimo, máximo e do ponto de pedido dos diferentes tipos de materiais. Por fim, o Setor Patrimonial por relacionar todos os bens (móveis e imóveis); realizar a emissão de termos de responsabilidade, zelando pelo patrimônio; realizar o inventário de maneira periódica, contendo descrição, identificação, avaliação unitária, qualitativa e quantitativa dos bens que formam o patrimônio; zelar pela conservação e recuperação dos materiais, cuidando das sobras, sucatas, bens obsoletos etc. (ZANON, 2008).

Todavia, para que essas atividades sejam realizadas da melhor maneira possível, existem alguns entraves proporcionados pelo setor público de maneira especial.

Na administração pública, o gestor público faz somente o que a lei permite/autoriza enquanto no setor privado, o gestor executa o que a lei não proíbe. Isso torna muito cuidadoso o trabalho do gestor público na medida em que seus atos devem estar sempre cobertos de legalidade (MELLO *et al.*, 2015, p. 4).

Esse excesso de burocracia acaba por tornar o trabalho dos gestores públicos cada vez mais desgastante e inflexível. Isso pode fazer com que gestores que são responsáveis por estes processos licitatórios se tornem cada vez menos autônomos, ficando totalmente dependentes da margem orçamentária disponível e da alta burocracia, o que, em algum nível, irá refletir no serviço final prestado.

A Gestão de Materiais é, então, um grande desafio, tanto para os gestores de organizações privadas, quanto (talvez em um grau mais elevado) para os gestores de instituições públicas. Sendo assim, a gestão dos materiais hospitalares é, de maneira especial, de uma importância ainda maior, tendo em vista lidar diretamente com a vida humana, sendo que suas decisões podem levar à melhora ou ao agravamento do estado de saúde dos pacientes, podendo, no pior dos cenários, levar à morte.

3. METODOLOGIA

3.1. Caracterização de Pesquisa

Para a realização do presente trabalho, foi utilizada como metodologia a revisão de literatura, que, segundo Farenhof e Fernandes (2016, p.551), “é a base para a identificação do atual conhecimento científico. Parte-se dela para identificar hiatos a serem explorados em determinados assuntos”. Por meio da revisão de literatura, buscam-se estudos de pesquisadores relacionados a um determinado tema, no sentido de se realizar uma exposição do que há na literatura regional ou internacional sobre determinado tema, além de realizar uma análise crítica acerca dos achados. De acordo com Moreira (2004, p. 22), “revisar significa olhar novamente, retomar os discursos de outros pesquisadores, mas não no sentido de visualizar somente, mas de criticar”.

Ainda dentro da revisão de literatura, alguns autores como Soares e colaboradores (2013) e Farenhof e Fernandes (2016) fazem um desmembrando entre três tipos de revisão: narrativa, sistemática e integrativa. Para o presente trabalho, foi utilizado o método de revisão sistemática, que se caracteriza por ser:

[...] reprodutível e tende a ser imparcial. Visa reduzir o viés através do uso de métodos explícitos para realizar uma pesquisa bibliográfica abrangente e avaliar criticamente os estudos individuais. Assim, em contraste com a revisão tradicional ou narrativa, a RS [revisão sistemática] responde a uma questão de investigação bem definida e é caracterizada por ser metodologicamente abrangente, transparente e replicável (DONATO; DONATO, 2019, p. 227).

A revisão sistemática é um método com potencial para ser utilizado nas pesquisas na área da saúde, por exemplo, que tem utilizado da prática baseada em evidências para aperfeiçoar suas ações. Tal prática considera que todos os procedimentos clínicos devem ser realizados com base em evidências científicas. A revisão sistemática é caracterizada por ser uma metodologia de pesquisa que possui ferramentas criteriosas, utilizadas no intuito de abranger os mais relevantes conhecimentos produzidos sobre determinado problema de pesquisa, a fim de que tais conhecimentos sejam avaliados de maneira crítica por profissionais dotados de habilidade clínica para que, posteriormente, esses conhecimentos venham a ser incorporados à prática assistencial (ERCOLE *et al.*, 2014).

O tema aqui proposto caracteriza-se por propor analisar uma área específica dentro das organizações hospitalares, além de utilizar métodos de busca criteriosos, explícitos e replicáveis. Essas características tornam a revisão sistemática da literatura a metodologia que se pretende mais adequada para a realização do presente trabalho.

3.2. Amostra Bibliográfica

Foi utilizado como base para a pesquisa dos artigos o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Portal de Periódicos da CAPES possui um acervo atual de cerca de 45 mil periódicos contendo textos completos, 130 bases referenciais, 12 bases que são dedicadas exclusivamente a patentes, contando também com enciclopédias, livros e obras de referência, estatísticas, normas técnicas e conteúdo audiovisual³. Foram realizadas consultas nesta base entre os dias 01 de fevereiro e 07 de março de 2021.

Para a realização das buscas, utilizaram-se os operadores lógicos de pesquisa (também chamados de Operadores *Booleanos*), que têm por finalidade facilitar o processo das buscas por meio de uma maior incisividade nos resultados. O Quadro 1 a seguir exemplifica cada operador.

Quadro 1 – Operadores lógicos de pesquisa (*Booleanos*)

Operador	Principal Função
AND (E)	Utilizado para restringir a pesquisa, realizando a intersecção dos conjuntos de trabalhos que possuem termos combinados.
OR (OU)	Utilizado para agrupar os termos, possibilitando a ampliação da pesquisa.
NOT (NÃO)	Utilizado para excluir um determinado assunto dentro da busca, incluindo o que vem antes dele e excluindo o que vem depois.

Fonte: Adaptado de Pizzani e colaboradores (2012).

A busca foi realizada com o auxílio dos operadores *booleanos* e dos filtros disponibilizados pela própria ferramenta de buscas do Portal Capes, sendo que, em cada busca, os descritores foram divididos em dois blocos. O primeiro bloco refere-se aos termos que possuem relação direta com a gestão de materiais hospitalares. Nota-se que, neste bloco, não foram utilizadas expressões como “administração” ou “gestão”. Isso se deu pelo fato de que, ao utilizar esses termos, os resultados tenderam a retornar trabalhos que discutem a administração hospitalar de maneira geral, e não especificamente a administração de materiais. Já o segundo bloco se refere às organizações hospitalares propriamente ditas e ao trabalho do enfermeiro, que é um

³ Institucional. Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamentos de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_painstitucional&Itemid=104. Acesso em: 24 fev. 2021.

importante ator dentro da gestão de materiais hospitalares (GARCIA *et al*, 2013). Também foram utilizados asteriscos no intuito de permitir que palavras com o mesmo radical fossem incluídas nos resultados da busca. O Quadro 2 mostra os operadores *booleanos* e os descritores utilizados na busca, assim também como sua divisão.

Quadro 2 – Descritores de busca e operadores *Booleanos*

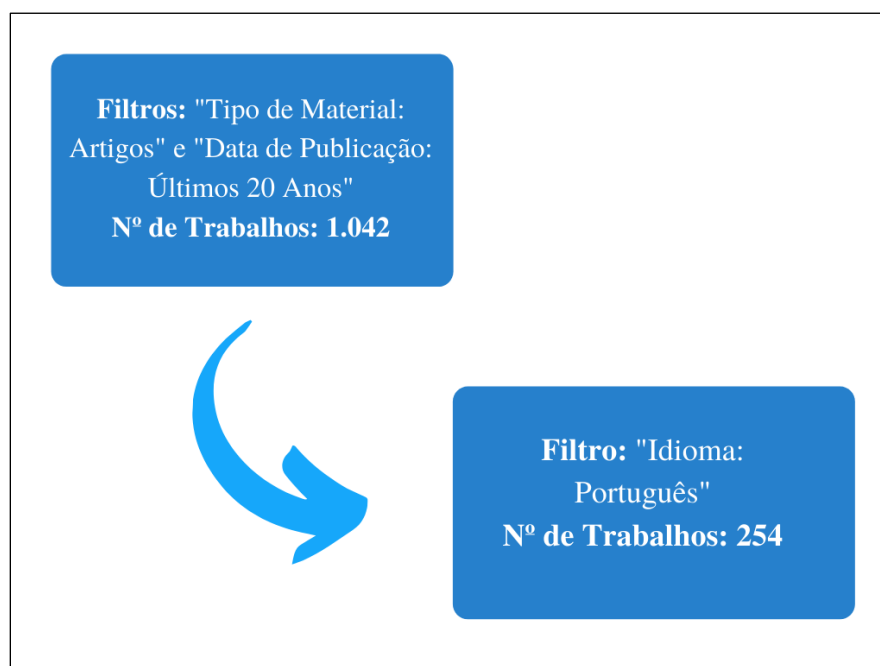
Busca I		
Bloco 1 - Descritores	Operador <i>Booleano</i>	Bloco 2 - Descritores
materiais <i>OR</i> material <i>OR</i> logística <i>OR</i> "cadeia* de suprimento*" <i>OR</i> suprimento* <i>OR</i> estoque <i>OR</i> almoxarifado <i>OR</i> classificação <i>OR</i> abc <i>OR</i> aquisição <i>OR</i> compra* <i>OR</i> abastecimento	AND	hospital <i>OR</i> hospitais <i>OR</i> hospitalar <i>OR</i> hospitalares <i>OR</i> enfermagem <i>OR</i> enfermeiro

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

3.3. Extração da Amostra

Após a realização da busca, utilizando-se os filtros “Tipo de Material: Artigos” e “Data de Publicação: Últimos 20 Anos”, foram retornados 1.042 trabalhos. Após a obtenção destes resultados, o filtro de idioma também foi utilizado, sendo assim, só foram considerados artigos em idioma português. Com a utilização do filtro de idioma, foram retornados 254 trabalhos potencialmente elegíveis, como mostra a Figura 3.

Figura 3 – Critérios preliminares de exclusão e número de trabalhos potencialmente elegíveis

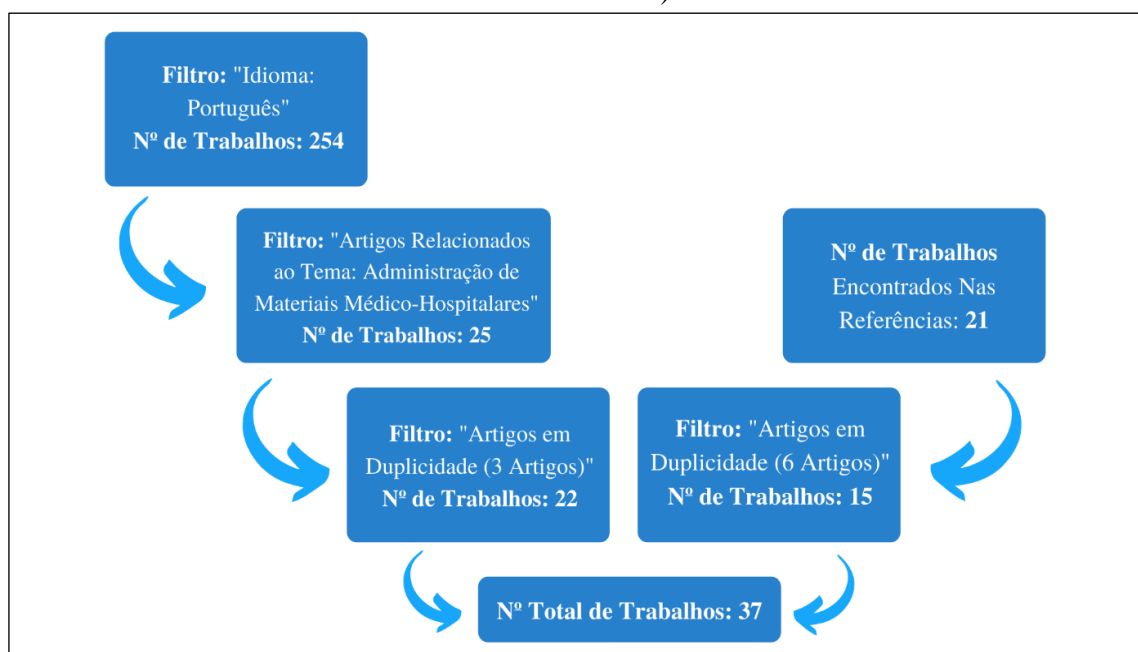


Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Após a realização dessa filtragem preliminar, os 254 trabalhos retornados foram analisados, tendo como base os títulos e resumos de cada trabalho. O objetivo dessa etapa foi identificar aqueles trabalhos que realmente tratavam sobre o tema da gestão de matérias médico-hospitalares. Ao fim da análise, foram identificados 25 artigos que discutem acerca do tema aqui proposto. Entretanto, foram identificados 3 artigos em duplicidade, que foram retirados do resultado da busca. Ao final, permaneceram 22 artigos elegíveis.

No intuito de abranger um número maior de resultados, optamos por incluir trabalhos que constam nas referências dos 22 artigos encontrados. Para isso, utilizamos os mesmos critérios de seleção anteriormente expostos, com exceção da ferramenta de busca utilizada. Isso significa que não restringimos a busca destes artigos à ferramenta do Portal Capes, sendo que também foram utilizadas outras ferramentas de busca para a inclusão dos trabalhos. Ao final das buscas, foram encontrados outros 21 artigos potencialmente elegíveis para os fins do presente trabalho. Ao realizar a leitura dos títulos e resumos desses textos, foram identificados 6 artigos que já haviam sido selecionados na primeira busca realizada no Portal Capes. Com a exclusão desses artigos, restaram 15 trabalhos. Sendo assim, somando os trabalhos que já haviam sido selecionados anteriormente, com os encontrados nas referências, chegou-se ao número final de 37 artigos selecionados. A Figura 4 ilustra esse processo de filtragem e seleção desses trabalhos.

Figura 4 – Critérios finais de exclusão (busca no Portal Capes) e critérios de exclusão (busca nas referências)



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Na sessão seguinte, serão apresentados os resultados provenientes da busca que foi realizada por meio das ferramentas e métodos supracitados. Esses resultados serão discutidos à luz da literatura, proporcionando um maior entendimento acerca do tema aqui estudado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados 37 artigos, retirados de duas fontes, sendo a primeira o Portal de Periódicos da Capes e a segunda as referências dos artigos primeiramente selecionados (QUADRO 3).

Quadro 3 – Lista de trabalhos selecionados (Continua)

Autor(es)	Título	Ano de Publicação
COELHO, F. A. e colaboradores	A contribuição da gestão de medicamentos e materiais médicos para o resultado financeiro de um hospital público	2013
HONÓRIO, M. T.; ALBUQUERQUE, G. L.	A gestão de materiais em enfermagem	2005
MELO, A. B. e colaboradores	A gestão de materiais médico-hospitalar em hospital público	2016
DALLORA, M. E. L. V; FOSTER, A. C.	A importância da gestão de custos em hospitais de ensino - considerações teóricas	2008
INFANTE, M.; SANTOS, M. A. B.	A organização do abastecimento do hospital público a partir da cadeia produtiva: uma abordagem logística para a área de saúde	2007
CAVALCANTI, A. C. F. e colaboradores	Análise da gestão da qualidade nas aquisições de produtos e serviços de saúde de um hospital público de São Paulo	2014
SOUZA, A. A. e colaboradores	Análise da logística hospitalar e dos custos do Setor de Engenharia Clínica em um Hospital filantrópico	2014
AIEX, V. M. e colaboradores	Análise ergonômica do setor de almoxarifado de hospital público de Londrina-PR	2014
LIMA, C. A. e colaboradores	Avaliação observacional da central de material e esterilização de um hospital universitário	2014
MACHLINE, C.	Cadeia de Valor na Saúde Compras na Área da Saúde	2007
LOURENÇO, K. G.; CASTILHO, V.	Classificação ABC dos materiais: uma ferramenta gerencial de custos em enfermagem	2006
COSTA, C. M. A.; GUIMARÃES, R. M.	Considerações sobre a administração de recursos materiais em um hospital universitário	2004
ZULIANI, L. L. e colaboradores	Consumo e custo de recursos materiais em unidades pediátricas de terapia intensiva e semi-intensiva	2012
PEREIRA, M.	Cultura empresarial e gestão de estoque na cadeia logística integrada no ambiente hospitalar	2003
LIMA, R. F.; CÂMARA, T. F. M.	Desafios com o desabastecimento na cadeia de suprimentos em um hospital público: relato de caso	2016
MENDES, K. G. L.; CASTILHO, V.	Determinação da importância operacional dos materiais de enfermagem segundo a Classificação XYZ	2009
ARAÚJO, É. A. e colaboradores	Estágios organizacionais da logística: estudo de caso em organização hospitalar filantrópica	2011
LOPES, L. A. e colaboradores	Gerenciamento de materiais e custos hospitalares em UTI neonatal	2010
JÚNIOR, A. P.	Gerenciamento de recursos materiais em unidades de saúde	2005
DUARTE, N. C. M. E colaboradores	Gestão de compras em um hospital de ensino terciário: um estudo de caso	2015
GARCIA, S. D. e colaboradores	Gestão de material médico-hospitalar e o processo de trabalho em um hospital público	2012
DALARMI, L.	Gestão de suprimentos na farmácia hospitalar pública	2010
COSTENARO, S. S. e colaboradores	Gestão estratégica de materiais – o caso de um hospital beneficente	2016

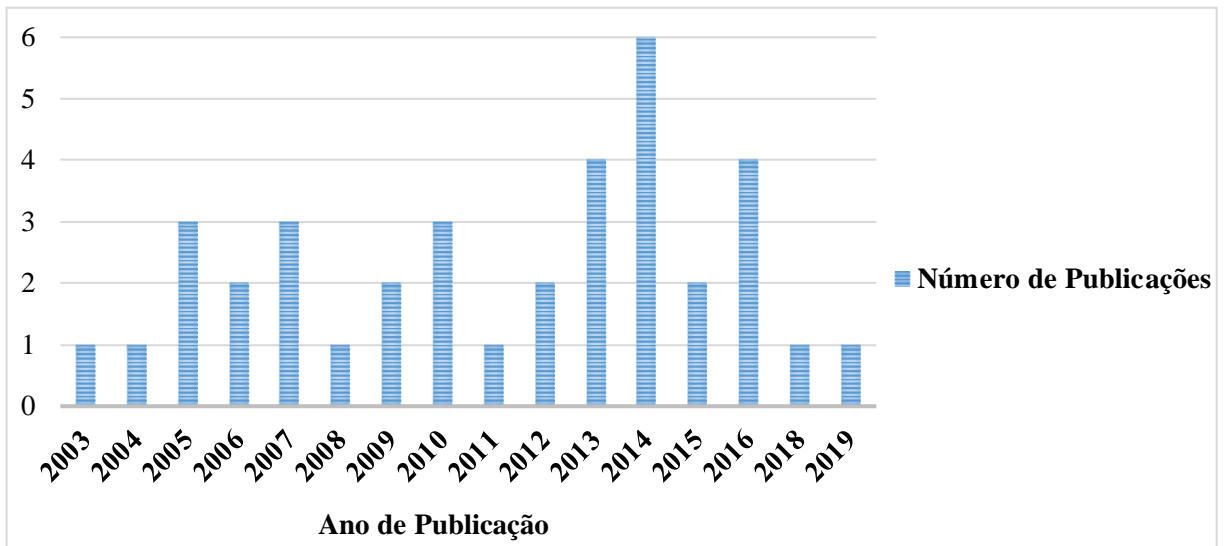
Quadro 3 – Lista de Trabalhos Selecionados (Conclusão)

PASCHOAL, M. L. H.; CASTILHO, V.	Implementação do sistema de gestão de materiais informatizado do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo	2010
RAIMUNDO, E. A. e colaboradores	Logística de medicamentos e materiais em um hospital público do Distrito Federal	2014
SOUZA, A. A. e colaboradores	Logística hospitalar: um estudo de caso diagnóstico das dificuldades na gestão logística do setor de engenharia clínica	2013
MEDEIROS, S. E. R. e colaboradores	Logística hospitalar: um estudo sobre as atividades do setor de almoxarifado em hospital público	2009
LOURENÇO, K. G.; CASTILHO, V.	Nível de atendimento dos materiais classificados como críticos no Hospital Universitário da USP	2007
CASTRO, L. C.; CASTILHO, V.	O custo de desperdício de materiais de consumo em um centro cirúrgico	2013
BOGO, P. C. e colaboradores	O enfermeiro no gerenciamento de materiais em hospitais de ensino	2015
GARCIA, S. D. e colaboradores	O enfermeiro no gerenciamento de material médico-hospitalar: revisão integrativa	2013
VENTURA, P. F. E. V. e colaboradores	Participação do enfermeiro na gestão de recursos hospitalares	2016
NORONHA, A. G.; BORGES, D. F.	Qualidade da gestão de medicamentos em hospitais públicos	2005
OLIVEIRA, T. S.; MUSETTI, M. A.	Revisão compreensiva de logística hospitalar: conceitos e atividades	2014
WOLKER, S. L. e colaboradores	Revisão integrativa sobre o processo de compra e distribuição de materiais médicos e hospitalares	2019
BARTOLOMEI, S. R. T.; LACERDA, R. A.	Trabalho do enfermeiro no Centro de Material e seu lugar no processo de cuidar pela enfermagem	2006
SILVA, L. F. e colaboradores	Vulnerabilidade e riscos de ruptura no abastecimento de materiais e medicamentos na cadeia de suprimento em um Hospital Público	2018

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A partir desses resultados, analisamos a distribuição temporal dos artigos selecionados. A análise da distribuição dos anos em que os artigos foram publicados é importante, pois nos fornece uma maior noção acerca da atualidade em relação à discussão do tema e também nos permite observar quais foram os cortes temporais em que ocorreu um maior número de publicações sobre o tema. No caso da administração de materiais médico-hospitalares, é possível observar, através da distribuição temporal dos trabalhos, que o tema é relativamente recente dentro da literatura nacional, conforme podemos observar através do Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição temporal dos trabalhos selecionados



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Estes resultados nos remetem ao que foi discutido anteriormente acerca da escassez de publicações sobre a gestão de materiais hospitalares no Brasil, fato esse que já fora relatado por autores como Oliveira e colaboradores (2018), Infante e Santos (2007), Melo e colaboradores (2016) e Rodrigues e Sousa (2015). Por se tratar de um tema relativamente novo dentro do contexto da literatura brasileira, é plausível afirmar que há um longo caminho para que esse tema alcance um escopo de publicações maior e mais robusto, tendo em vista a sua importância para a sociedade.

O período de 2013 a 2016 foi quando houve o maior número de publicações, com destaque para o ano de 2014, que teve 6 artigos publicados, o que demonstra, mais uma vez, que a Administração de Materiais Hospitalares é um tema bastante contemporâneo dentro da literatura brasileira. Essa atualidade do tema pode ser vista como algo positivo, indicando que existe uma tendência ao aumento da discussão sobre o mesmo na literatura, embora o número de publicações tenha regredido de 2016 em diante. Uma possível tendência de crescimento da discussão sobre a gestão de materiais hospitalares também pode possibilitar que outros pesquisadores, que outrora não imputaram sua atenção a esse tema, possam observá-lo através de uma perspectiva diferente, entendendo que os materiais são parte importante na assistência hospitalar e que devem ser administrados da maneira mais eficiente possível, reduzindo custos e aumento da produtividade.

Quando analisamos as organizações hospitalares no que tange ao seu tipo, é possível observar que elas possuem características que as diferem entre si. Podemos dizer que a principal característica que diferencia os hospitais é a sua natureza jurídica. Existem aquelas

organizações que são integralmente financiadas por recursos públicos, provindos do Sistema Único de Saúde, e também aquelas que são financiadas pelo pagamento direto do cidadão e/ou de empresas. Em relação aos trabalhos selecionados, cerca de um terço deles (28,95%) se refere a estudos realizados em instituições públicas, enquanto apenas 2,63% em organizações privadas.

O número superior de hospitais públicos estudados pode ser explicado, de maneira geral, pelo fato de que as instituições hospitalares públicas são as que mais têm dificuldade em administrar seus recursos materiais, considerando as diversas limitações existentes em decorrência do excesso de burocratização, dos recursos cada vez mais escassos e da improdutividade e, em alguns casos, falta de capacitação do pessoal envolvido neste processo. Como ponto positivo, destacamos que, quanto maior o número destes estudos em instituições públicas, maior será a chance de identificação dos “gargalos” nos processos de gerenciamento dos materiais e, conseqüentemente, maiores também serão as possibilidades de implementação de melhorias.

No contexto brasileiro, grande parte das organizações hospitalares possui um financiamento “híbrido”, oferecendo serviços de natureza particular e serviços gratuitos financiados pelo Governo. Ou seja, esses hospitais não oferecem nem serviços exclusivamente públicos nem serviços exclusivamente privados. Entretanto, para os fins deste trabalho, consideramos apenas a natureza jurídica das organizações em si, sem levar em consideração o escopo de serviços prestados.

Ainda em relação à natureza dos hospitais, foram encontrados em nossos resultados dois hospitais filantrópicos e um beneficente. No que se refere à natureza jurídica, estes hospitais são considerados privados, porém não possuem fins lucrativos, ao contrário das organizações particulares tradicionais. Hospitais Universitários também foram bastante utilizados como locais de estudo (23,68%). Cabe ressaltar que os trabalhos não especificaram a natureza jurídicas destes Hospitais Universitários, sendo que os mesmos podem ser tanto públicos quanto privados, assim também como os Hospitais de Ensino, que foram estudados em 7,89% dos trabalhos. Também houve um trabalho que estudou mais de uma instituição, mas que também não especificou a natureza jurídica de nenhuma delas. Por fim, 9 trabalhos não foram considerados por se tratarem de artigos de revisão de literatura, ou seja, que não analisaram nenhuma organização em particular.

Foram também analisadas as regiões brasileiras em que as organizações hospitalares estudadas pelos artigos selecionados se encontram. Essa análise objetiva evidenciar as regiões que têm tido maior enfoque da literatura acerca do tema da administração de materiais hospitalares, além de também mostrar as regiões onde o tema foi pouco abordado. O Tabela 2

mostra a divisão do número de artigos por região, cabendo ressaltar que os artigos de revisão não são aplicáveis pelo fato de não estudarem nenhuma organização em específico.

Tabela 2 – Número de artigos por região brasileira

Região	Nº de Organizações
Sudeste	18
Não se aplica	9
Sul	6
Nordeste	2
Norte	1
Centro-Oeste	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Como é possível observar, a maior parte dos estudos está concentrada na região sudeste, seguida pela região sul. O número superior de artigos nas regiões sudeste e sul podem ser explicados pela maior concentração de organizações hospitalares nestas regiões, ou também pela própria localidade das organizações às quais os autores estão vinculados, revelando que essas organizações são as que mais têm publicado acerca do tema, como veremos adiante. Outro fator a ser considerado é a desigualdade existente entre as regiões brasileiras no que se refere à distribuição de recursos, o que reflete na estrutura e no volume de serviços prestados. De acordo com Albuquerque e colaboradores (2017, p. 1057), “em geral, a configuração territorial do Sistema Único de Saúde (SUS) expressa e reproduz as desigualdades regionais no Brasil.” Também de acordo com os autores, equipamentos de média e alta complexidades ainda são restritos a algumas regiões, o que aumenta a desigualdade.

Também foram analisadas as organizações às quais os autores dos artigos selecionados estão vinculados, abrangendo todos os tipos de organizações, sem restrição às organizações educacionais. Para esta análise, consideramos o número de artigos em que cada organização aparece, e não o número de autores em si. A título de exemplo, se um determinado artigo foi desenvolvido por dois autores da mesma organização, será contabilizado um artigo no somatório daquela organização. Se o artigo for composto por autores vinculados a diferentes organizações, será contabilizado um artigo para cada uma das organizações. A Tabela 3 nos mostra os resultados obtidos.

Tabela 3 – Instituições em que os autores dos artigos são vinculados

Instituição	Nº de Artigos
Universidade de São Paulo (USP)	14
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	3
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	3
Universidade de Brasília (UnB)	2
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	2
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	2
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	2
Universidade Federal do Pará (UFPA)	1
Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro	1
Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC)	1
Universidade Norte do Paraná (UNOPAR)	1
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)	1
Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP)	1
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GOIÁS)	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1
Ministério da Saúde	1
Hospital São Lucas de Pato Branco	1
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS)	1
Fundação Pedro Leopoldo (FPL)	1
Faculdade Novos Horizontes (UNIHORIZONTES)	1
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG)	1
Universidade de Taubaté (UNITAU)	1
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	1
Fundação Getúlio Vargas (FGV)	1
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	1
Prefeitura Municipal de Curitiba	1
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)	1
Hospital Regional Infantil em Campo Largo	1
Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)	1
Faculdade Boa Viagem (UniFBV)	1
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1
Universidade Potiguar (UnP)	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Assim como foi discutido no quadro anterior, observa-se que aqui também existe uma concentração dos resultados nas regiões sudeste e sul do país. Destaca-se a Universidade de São Paulo (USP), que possui autores vinculados em 14 artigos. Este resultado demonstra que a USP, que é uma das maiores universidades do Brasil, é a instituição de ensino que tem mais

estudado sobre a administração de materiais hospitalares no Brasil, o que faz dela uma referência nacional sobre o tema. Um fato interessante observado na leitura dos artigos é que, em boa parte dos trabalhos atribuídos à USP, os estudos foram realizados no próprio Hospital Universitário vinculado a ela, sendo, portanto, a organização hospitalar que mais foi utilizada como objeto de estudo em nossos resultados.

Há que se mencionar, também, o trabalho realizado pelos autores vinculados à Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), que teve como objeto de estudo o seu próprio Hospital Universitário. Esse foi o único trabalho encontrado em na região norte de Minas Gerais, o que nos permite refletir sobre a necessidade de incentivo aos estudos nesta área em nossa região, mas que, também, pode ser considerado como algo positivo, levando em consideração o número total de artigos encontrados e a densidade do território brasileiro.

Os artigos selecionados também possuem certa diversificação em relação aos procedimentos metodológicos utilizados. Enquanto alguns trabalhos têm como objetivo estudar a literatura acerca do tema da gestão de materiais médico-hospitalares, outros possuem uma metodologia mais prática, utilizando o método do estudo de caso para analisar o processo da gestão de materiais dentro de organizações hospitalares. A análise dessa característica é importante pois demonstra que, por mais que ainda não haja um número considerável de trabalhos sobre este tema dentro da literatura brasileira, aqueles que existem são diversificados e estudam o tema de maneiras diferentes, o que traz um maior escopo de perspectivas em relação ao tema no contexto nacional. A Tabela 4 nos mostra o número de artigos encontrados para cada tipo de metodologia.

Tabela 4 – Procedimentos metodológicos dos artigos selecionados

Metodologia Utilizada	Número de Artigos
Estudo de Caso	22
Revisão da Literatura	9
Pesquisa-ação	1
Relato de Experiência	1
Pesquisa de Campo	1
Pesquisa convergente-assistencial	1
Pesquisa Documental	1
Observação Não Participativa	1

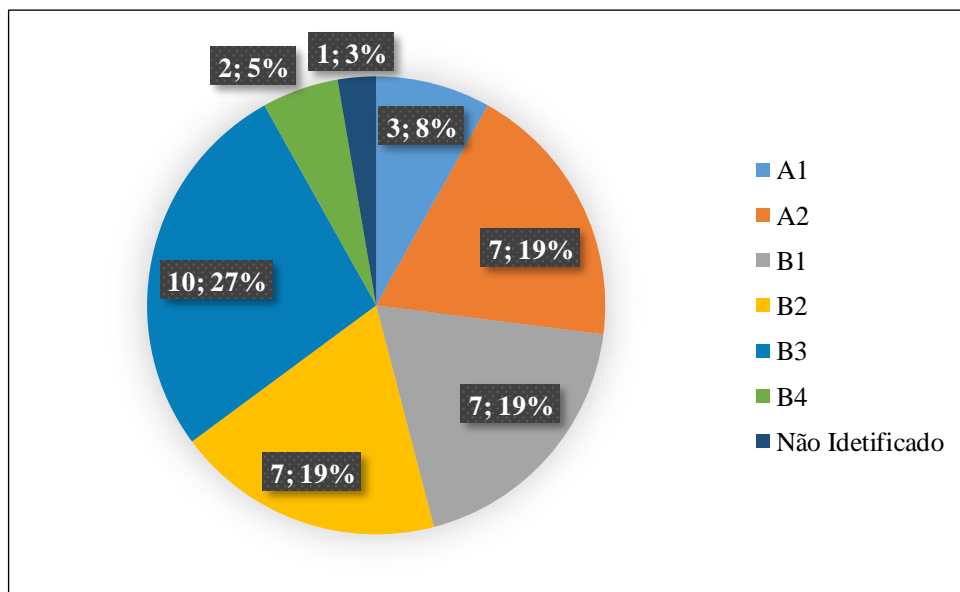
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Como é possível observar, dentro dos trabalhos selecionados, a maior parte deles procurou analisar o tema por meio do estudo de caso, sendo estes divididos principalmente entre

estudos descritivos e exploratórios. A revisão de literatura também foi uma metodologia bastante utilizada, com destaque para a revisão integrativa, que se trata de um tipo de revisão bastante utilizado no campo das ciências da saúde (SOARES *et al.*, 2013). Outra metodologia que, embora tenha ocorrido apenas em um artigo, também é bastante utilizada no campo da saúde, é a pesquisa convergente assistencial, que, segundo os autores, trata-se de um método que propõe articular a experiência profissional com o conhecimento teórico (HONÓRIO; ALBUQUERQUE, 2005).

Outro tipo de análise também considerada importante, principalmente no que tange à relevância dos artigos selecionados para os fins deste trabalho, é o conceito *Qualis*-Periódicos, da Capes. O objetivo da atribuição desse sistema é classificar as revistas de produção científica quanto aos seus artigos científicos publicados, atribuindo um conceito que vai desde A1, que é o mais elevado, até o conceito C, que é o mais baixo. A classificação dos periódicos está disponível para consulta na internet, por meio da Sucupira. É importante ressaltar que são atribuídos mais de um conceito para cada revista, sendo um conceito para cada área do conhecimento. Para a realização da presente análise, foram considerados os conceitos mais altos de cada revista, independente da área de conhecimento à qual esta nota foi atribuída. Ressaltamos também que o período base para a obtenção destes conceitos é o quadriênio de 2013 a 2016. O resultado desta busca é explicitado por meio do Gráfico 2.

Gráfico 2 – Conceito *Qualis* das revistas em que os artigos foram publicados



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Como pode-se observar, houve um artigo em que a plataforma não retornou nenhum resultado, provavelmente por não ter sido listado pelo seu respectivo Programa de Pós-Graduação. Em relação aos resultados, observa-se que a nota geral dos artigos encontrados é de mediana para baixa, apontando que os trabalhos sobre a gestão de materiais médico-hospitalares ainda não adentraram de maneira incisiva no cenário das grandes revistas, ao menos nacionalmente. Entretanto, 10 periódicos foram classificados com conceito A, demonstrando que existem, mesmo que de maneira incipiente, trabalhos sobre a administração de materiais em periódicos de maior relevância acadêmica.

A administração de materiais médico-hospitalares é um tema que abrange várias áreas do conhecimento, como a administração, a enfermagem, a medicina, a engenharia de produção, dentre outras. Sendo assim, a gestão de materiais dentro das organizações hospitalares deve ser tratada de maneira interdisciplinar, envolvendo todas as áreas que são por ela afetadas. Como a cadeia de suprimentos hospitalares é extensa e complexa, é necessário que haja interação entre os setores, fazendo com que os “elos” dessa cadeia possam ser cada vez mais fortalecidos e se tornem sólidos o suficiente para evitar rupturas e problemas.

Nesse sentido, organizamos os periódicos relacionados aos trabalhos selecionados a fim de ter uma ideia acerca da interdisciplinaridade do tema e também as áreas do conhecimento que envolvem a gestão dos materiais dentro dos hospitais. O Tabela 5 ilustra a lista de periódicos em que os trabalhos selecionados foram publicados.

Tabela 5 – Distribuição dos artigos selecionados por periódico (Continua)

Periódico	Nº Artigos
Revista Brasileira de Enfermagem	4
Revista da Escola de Enfermagem da USP	3
Revista Eletrônica Gestão & Saúde	3
GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas	2
RAHIS Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde	2
Revista de Gestão em Sistemas de Saúde - RGSS	2
Revista de Administração da UFSM	1
Revista Eletrônica de Administração	1
Revista de Administração Pública	1
Ciência & Saúde Coletiva	1
Ciência, Cuidado e Saúde	1
Debates Gvsaúde	1
Medicina (Ribeirao Preto)	1
Medicina (Ribeirao Preto. Online)	1
Revista de Saúde Pública do Paraná	1
Revista do Instituto de Ciências da Saúde	1

Tabela 5 – Distribuição dos artigos selecionados por periódico (Conclusão)

Revista Espaço Para a Saúde	1
Visão Acadêmica	1
Contabilidade Gestão e Governança	1
Projética	1
Cogitare Enfermagem	1
Online Brazilian Journal of Nursing	1
Revista de Enfermagem da UERJ	1
Revista Latino-Americana de Enfermagem	1
Exacta	1
Produção	1
Revista FSA	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Os resultados nos mostram que a área das Ciências da Saúde, especialmente a área da enfermagem, é a que mais publicou acerca da gestão de materiais hospitalares, abrangendo boa parte do total de artigos selecionados. Através da leitura dos textos, observamos que a enfermagem é uma das áreas que está mais estritamente ligada à gestão dos materiais hospitalares. Isso acontece pelo fato de que, em muitos hospitais, especialmente aqueles de natureza pública, a gestão dos materiais é feita pelos próprios enfermeiros, mesmo que de forma indireta. Sendo assim, é necessário que os gestores invistam cada vez mais na capacitação desses profissionais para a gestão dos materiais, tornando-os aptos para tomar decisões estratégicas acerca do fluxo de materiais nos hospitais. Já em relação às demais áreas identificadas, é possível observar a questão da interdisciplinaridade discutida anteriormente, visto que tais áreas são complementares entre si. Áreas como engenharia da produção, administração pública e contabilidade são exemplos desta multidisciplinaridade existente na cadeia de suprimentos hospitalar e, conseqüentemente, na literatura brasileira acerca do tema.

Os trabalhos selecionados também foram categorizados de acordo com o tipo de tema de pesquisa abordado, como mostra o Tabela 6.

Tabela 6 – Distribuição dos Artigos Selecionados

de acordo com o Tema de Pesquisa

(Continua)

Tipo de Pesquisa	Número de Artigos
Gestão de Materiais Hospitalares	8
Logística Hospitalar	5
O Papel do Enfermeiro na Gestão de Materiais	5
Gestão de Compras Hospitalares	4
Abastecimento e Cadeia de Suprimento Hospitalar	3
Classificação dos Materiais Hospitalares	3

Tabela 6 – Distribuição dos Artigos Selecionados
de acordo com o Tema de Pesquisa

	(Conclusão)
Custos e Logística Hospitalar	2
Gestão de Custos Hospitalares	2
Gestão de Estoque Hospitalar e Logística Hospitalar	1
Consumo e Custo de Materiais Hospitalares	1
Avaliação de Centro de Material e Esterilização	1
Análise Ergonômica de Almoxarifado Hospitalar	1
Implementação de Sistema Informatizado para a Gestão de Materiais	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Essa análise é importante pois nos permite identificar a área dentro do processo de gestão de materiais hospitalares estudada, bem como o enfoque dado por cada trabalho. Cabe ressaltar que a distribuição dos artigos por tema de pesquisa foi realizada por critério próprio, através da leitura dos textos, sendo que cada artigo foi direcionado ao tema de maior afinidade. Os resultados mostram que a gestão de materiais hospitalares propriamente dita foi o tema mais abordado entre os trabalhos, sendo que os demais temas possuem enfoques de atividades mais específicas dentro do escopo da gestão de materiais. O objetivo aqui foi subdividir esse tema entre as diversas partes que o compõem, como o processo de compras e abastecimento, gestão de estoque, classificação dos materiais, custos, logística e distribuição. Todos esses temas integram a cadeia de suprimentos hospitalar, que envolve desde a requisição da compra de materiais, até a distribuição destes no hospital.

Mais uma vez aqui podemos observar a importância do enfermeiro no processo de gestão de materiais. Bogo e colaboradores (2015) acreditam que a participação do enfermeiro na gestão dos materiais se dá pelo fato de que eles possuem maior conhecimento sobre as atividades assistenciais, permitindo-os atuar na otimização dos recursos, através da avaliação das reais necessidades internas do hospital. O conhecimento do enfermeiro agrega valor ao processo de gestão, pois faz com que haja diminuição do risco na compra de materiais não necessários, ou daqueles materiais sem a qualidade exigida para a prestação de um serviço qualificado.

Por fim, nota-se que há uma interessante distribuição entre os temas estudados, abrangendo praticamente todo o processo da gestão de materiais médico-hospitalares. Isso nos indica que os estudos nesta área têm sido realizados de maneira abrangente em relação à cadeia de suprimento hospitalar, trazendo melhor entendimento sobre o funcionamento de cada área. Quanto mais abrangentes são os estudos, maior a possibilidade de se identificarem “gargalos” e, conseqüentemente, solucioná-los por meio de estudos e medidas propostas pela própria literatura, que podem ser incorporadas em âmbito nacional pelas organizações hospitalares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de materiais médico-hospitalares é um tema atual e que necessita ter uma maior atenção por parte dos gestores hospitalares, bem como dos líderes políticos que podem estabelecer medidas para o aperfeiçoamento da gestão. Por meio do presente estudo, o que foi observado é que não há uma quantidade significativa de estudos relacionadas à gestão de materiais hospitalares na literatura brasileira. O que percebemos é que, tanto na área dos estudos em saúde, quanto na área dos estudos em administração, não há a atenção devida ao tema, sendo priorizadas outras áreas de estudo. Todavia, o que observamos nos dias de hoje é uma alta demanda por materiais hospitalares em decorrência do crescimento anormal do número de pacientes por conta da Covid-19. Essa alta repentina de pacientes fez com que muitos hospitais passassem por dificuldades no suprimento de materiais e equipamentos em suas unidades, acarretando em filas de espera e transtorno para a população.

Entretanto, mesmo sendo um tema ainda pouco discutido, o que se pode observar é que aqueles trabalhos que foram desenvolvidos são bastante abrangentes e conseguem expor como alguns hospitais gerenciam seus materiais, expondo as dificuldades enfrentadas por estas organizações, em especial, as públicas. Tais organizações, como retrata a própria literatura, passam por diversos problemas para gerir o fluxo de seus materiais, sendo que o excesso de burocratização, a falta de recursos públicos e falta de conhecimento por parte dos colaboradores são algumas das principais dificuldades enfrentadas.

Um ponto importante observado na análise dos textos foi a necessidade da gestão de materiais baseada na interdisciplinaridade, o que envolve não só o pessoal do setor de compras, do almoxarifado, ou do setor de distribuição. A gestão de materiais hospitalares deve envolver todas as áreas do hospital que estão diretamente ligadas à mesma, principalmente os médicos e enfermeiros. Esses últimos são muito importantes no processo de gestão, tendo em vista o seu conhecimento prévio sobre as características dos materiais, como a qualidade necessária, e também sobre a demanda rotineiramente exigida. Tal junção de conhecimento, se realizada de forma correta, tende a trazer grandes benefícios aos hospitais, como redução de custos e prestação de atendimento com maior qualificação.

Outra questão importante que foi observada por meio dos resultados foi a concentração de trabalhos na região sudeste do país. Como discutido na sessão de resultados, esses dados indicam que a desigualdade entre as regiões brasileiras abrange muito mais do que apenas aspectos econômicos, mas também aspectos relacionados à saúde e educação, tendo em vista a existência de um número maior de organizações de saúde e instituições de educação superior

nas regiões sudeste e sul do Brasil. O conceito *Qualis* atribuído aos periódicos também nos chamou a atenção para o fato de que a maior parte das publicações relacionadas à gestão de matérias médico-hospitalares no Brasil encontra-se em periódicos classificados em extratos considerados inferiores (abaixo de B1). Assim sendo, revelam-se oportunidades para se promover melhorias na qualidade dos artigos sobre o tema, com o intuito de aumentar o número de publicações em periódicos dos extratos superiores.

Acreditamos que trabalhos como este, podem servir como arcabouço para que gestores possam se atentar para a necessidade de melhoria e, também, para que outros autores realizem pesquisas nesta área, para que o conhecimento científico possa auxiliar no desenvolvimento da gestão de materiais nos hospitais brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. V. *et al.* **Desigualdades regionais na saúde: mudanças observadas no Brasil de 2000 a 2016.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(4):1055-1064, 2017.
- Apresentação.** Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/apresentacao/index.htm>. Acesso em: 09 fev. 2021.
- BOGO, P. C. *et al.* **O enfermeiro no gerenciamento de materiais em hospitais de ensino.** *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. 2015; 49(4): 632-639.
- CAO, Y. *Hospital Emergency Management Plan and the Covid-19 Epidemic.* *Society for Academic Emergency Medicine*, 2020; 10.1111/acem.13951.
- Dados e Indicadores do Setor.** Agência Nacional de Saúde Suplementar. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor>. Acesso em: 16 fev. 2021.
- DIAS, M. A. P. **Administração de Materiais: Uma Abordagem Logística.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ERCOLE, F. F. *et al.* **Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática.** *REME: Rev Min Enferm.* 2014 jan/mar; 18(1): 1-260.
- FARENHOF, H. A.; FERNANDES, R. F. **Desmistificando a Revisão de Literatura Como Base Para Redação Científica: Método SSF.** *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, SC: v. 21, n. 3, p. 550-563, ago./nov., 2016.*
- FENILI, R. R. **Gestão de Materiais.** Brasília: ENAP, 2015.168 p.: il. -- (Enap Didáticos, Nº 1).
- FIGUEIREDO, O. J. *et al.* **Gastos Público e Privado com Saúde no Brasil e Países Selecionados.** *Saúde Debate*, Rio de Janeiro. V. 42, Número Especial 2, p. 37-47, Outubro 2018.
- FLEURY, S.; OVERNEY, A. **Política de Saúde: Uma Política Social.** In: GIOVANELLA, L. *et al* (Orgs.). *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil.* 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. p. 25-57.
- HONÓRIO, M. T.; ALBUQUERQUE, G. L. **A gestão de materiais em enfermagem.** *Ciência, Cuidado e Saúde.* Maringá, v. 4, n. 3, p. 259-268, set./dez. 2005.
- INFANTE, M.; SANTOS, M. A. B. **A Organização do Abastecimento do Hospital Público a Partir da Cadeia Produtiva: Uma Abordagem Logística Para a Área da Saúde.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(4): 945-954, 2007.
- Institucional.** Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamentos de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pinstitutional&Itemid=104. Acesso em: 24 fev. 2021.

MARTINS, P. C. *et al.* **Conselhos de Saúde e a Participação Social no Brasil: Matizes da Utopia.** Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 18 [1]: 105-121, 2008.

MELLO, J. G.; HARTMANN, L. B.; LORENZI JR., D. **Logística Aplicada à Administração: Uma Discussão com Foco no Setor Público.** Revista Caribeña de Ciencias Sociales (*mayo* 2017).

MELO, A. B. *et al.* **A Gestão de Materiais Médico-Hospitalar em Hospital Público.** Revista Eletrônica Gestão & Saúde. Vol.07, Nº. 01, Ano 2016, p.369-87.

MENICUCCI, T. M. G. **Público e Privado na Política de Assistência à Saúde no Brasil: Atores, Processos e Trajetória.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

MOREIRA, W. **Revisão de Literatura e Desenvolvimento Científico: Conceitos e Estratégias para Confecção.** Janus, Lorena, ano 1, nº 1, 2º semestre de 2004.

OLIVEIRA, R. P.; REIS, A. C.; CASTRO, A. C. **Logística Hospitalar: Uma Síntese do Estado da Arte.** Gestão e Desenvolvimento, Novo Hamburgo, v. 15, n. 1, jan./jun. 2018.

OLIVEIRA, T. S.; MUSETTI, M. A. **Revisão Compreensiva de Gestão Hospitalar: Conceitos e Atividades.** Revista de Gestão em Sistemas de Saúde – RGSS, Vol. 3, N. 1. Janeiro/Junho, 2014.

PACHECO, D. S. **A Saúde no Brasil: a Qualidade nos Planos de Saúde Privada.** Monografia (Especialização em Gestão Empresarial) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

PIZZANI, L. *et al.* **A Arte da Pesquisa Bibliográfica na Busca do Conhecimento.** Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf., Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012 –ISSN 1678-765X .

ROCHA, L. R. R. **Corrupção: Os Efeitos Deletérios Sobre as Políticas de Saúde.** Universitas Jus, Brasília, v. 27, n. 3, 2016 p. 173-189.

RODRIGUES, S. L.; SOUSA, J. V. O. **Modelagem de Processos de Negócios: Um Estudo Sobre os Processos de Gestão de Compras Farmacêuticas em Hospital da Rede Privada de Teresina-PI.** Revista de Gestão em Sistemas de Saúde – RGSS, Vol. 4, N. 1. Janeiro/Junho, 2015.

RONZANI, D. C. **Corrupção, Improbidade Administrativa e Poder Público no Brasil.** Revista da Faculdade de Direito de Campos, Ano VIII, Nº 10 – Junho de 2007.

SESTELO, J. A. F.; SOUZA, L. E. P. F.; BAHIA, L. **Saúde Suplementar no Brasil: Abordagens Sobre a Articulação Público/Privada na Assistência à Saúde.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 29(5): 851-866, mai, 2013.

SOARES, L. S. *et al.* **Revisão de Literatura: Particularidades de Cada Tipo de Estudo.** Revista de Enfermagem da UFPI, Teresina, 2(spe):14-8, dec., 2013.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. **Revisão Integrativa: O Que é e Como Fazer.** Einstein. 2010; 8(1 Pt 1):102-6.

STRASSBURG, U. **O Uso da Logística na Gestão de Estoques**. Ciências Sociais Aplicadas em Revista, v. 6, n. 11, Paraná, 2006.

UGÁ, M. A.; PORTO, S. M.; PIOLA, S. F. **Financiamento e Alocação de Recursos no Brasil**. In: GIOVANELLA, L. *et al* (Orgs.). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. p. 395-425.

ZANON, E. J. **Administração de Material no Setor Público**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008 p. – (Coleção educação a distância. Série livro-texto).

ZIROLDO, R. R.; GIMENES, R. O.; JÚNIOR, C. C. **A Importância da Saúde Complementar na Demanda da Prestação de Serviços Assistenciais no Brasil**. O Mundo da Saúde, São Paulo - 2013; 37(2): 216-221.